

Devastação em tempo real

Categories : [Reportagens](#)

A taxa anual de desmatamento na Amazônia, que sempre foi anunciada no mês de abril pelo governo – a última, relativa ao biênio 2003/ 2004, só saiu em maio – vai ficar pronta antes de 2005 acabar. “Teremos o número em dezembro”, diz João Paulo Capobianco, diretor de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Mas quem quiser, por curiosidade ou, no caso do governo, por dever, saber o que anda acontecendo agora com a floresta na região, já tem disponível uma estimativa de razoável precisão. Ela foi feita pelos pesquisadores do [Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia \(Imazon\)](#) usando as imagens de satélite do Deter, programa de monitoramento da região por satélite do governo federal, que envia dados, na média, com apenas 30 dias de defasagem.

O trabalho do Imazon, com base nas fotografias capturadas para o Deter entre 1º de agosto de 2004 e 31 de maio deste ano, mostra que foram derrubados nesse período pouco mais de 9 mil quilômetros quadrados de floresta. Como historicamente junho e julho são os meses em que ocorre mais de 50% do desmate anual na região, o Imazon projetou uma taxa para o biênio 2004/ 2005 que ficou muito próxima a alcançada em 2003/ 2004, em torno de 26 mil quilômetros quadrados. Essa projeção poderá ser recalculada com maior exatidão a partir desta semana, quando o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), apoiado no estudo do Imazon, divulga a taxa de desmatamento registrada pelos satélites que servem ao deter no mês de junho. “Ainda vai faltar julho”, diz Carlos Souza, que comandou a pesquisa do Imazon.

“Mas já teremos 11 meses contabilizados em cima do que realmente aconteceu, o que permite melhorar a previsão do número que teremos este ano”, explica ele. Souza, junto com outras Ongs, participou de seminário fechado no Inpe nos dias 27 e 28 de junho no qual apresentou sua pesquisa em cima das imagens do Deter e aproveitou para dar um recado ao governo. Ele tem hoje à sua disposição um sistema de monitoramento que lhe permite se antecipar à ação dos desmatadores na Amazônia. Basta querer, ou poder, se antecipar a eles. Os satélites que servem ao Deter são mais rápidos no envio de informações – o Landsat, satélite que manda os dados que o Inpe emprega para chegar à taxa oficial de desmatamento, é mais lento – mas suas imagens têm menos nitidez. Enquanto o Landsat detecta desmatamentos acima de 6,25 hectares, o sistema do Deter só detecta derrubadas acima dos 20 hectares. Melhor dizendo, detectava.

Na sede do Imazon em Belém, Souza e uma equipe com outros três pesquisadores, passaram dois meses submetendo as imagens feitas para o Deter a um refinamento técnico que ampliou em duas vezes a sua visão. Elas passaram a mostrar desmatamentos acima de 10 hectares. Foi refazendo as contas sobre o que as fotografias mostravam ter acontecido com a floresta entre agosto do ano passado e maio deste ano, que ele e seu time chegaram a conta de 9 mil quilômetros quadrados já devastados e fizeram a projeção mostrando que o Brasil tem tudo para repetir a desatrosa performance de 2003/ 2004. “Eu prefiro não comemorar que acertamos o

número”, diz Souza. “Prefiro que o governo use nosso trabalho para começar a agir já e mostrar que erramos na estimativa”. Tudo indica que o governo gostou do que os pesquisadores do Imazon fizeram.

“Nós estávamos fazendo o mesmo tipo de trabalho”, conta um assessor direto da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Ele explica que o trabalho com os dados do Deter, menos exatos que os fornecidos pelo satélite Landsat, envolve alguns riscos metodológicos e muita capacidade de estimativa. “Não queríamos divulgar nada porque corríamos o risco de transformar os dados fornecidos pelo Deter na taxa oficial”, diz. “Estávamos loucos para alguém fazer esse estudo”. A história pode parecer choro disfarçado de quem foi derrotado numa pesquisa científica. Mas o fato de que o Inpe decidiu soltar, agora em julho, a taxa desmatamento de junho obtida pelas lentes dos satélites que servem ao Deter, mostra que o governo decidiu pelo menos encampar os aspectos científicos do trabalho feito pelo Imazon.

A notícia é boa porque o estudo do Instituto desceu a detalhes que ampliam a capacidade do governo de agir na prevenção contra o desmatamento na Amazônia. A pesquisa examinou também a rede de estradas clandestinas na região e mostrou a correlação direta que existe entre elas e a devastação da floresta. Fazem parte da infra-estrutura do desmatamento e sinalizam para onde os madeireiros estão se locomovendo. Com 45% da região já mapeada, os pesquisadores detectaram uma malha viária ilegal com 95 mil quilômetros de extensão que começa exatamente nas rodovias oficiais. Noventa e cinco por cento dos desmatamentos ocorrem a uma distância de até 10 quilômetros dessas estradas não-oficiais. “Agora, não sabemos apenas o que aconteceu, mas o que está acontecendo”, prossegue Souza. “Melhor, dispomos de informação suficiente para saber também onde é preciso levar a repressão”. O problema é que entre saber e agir, no caso do governo, há uma enorme distância.

No seminário do INPE, a ministra Marina Silva prometeu a vários dos presentes, em conversas paralelas, que o governo iria agir com mão de ferro em julho para preservar a floresta. Não contou como. Falou vagamente num aperto da fiscalização. Andou, junto com seu secretário Capobianco, dando até uma previsão de redução do desmate para este ano: entre 5 mil e 6 mil quilômetros quadrados. Seria uma meta? “Não, não é uma meta”, diz Tasso Azevedo, secretário de Florestas do MMA. “É um objetivo, que eu pessoalmente preferia até que fosse uma meta”. E dá para alcançar? “Pois é”, diz Azevedo. Esse é o xis da questão.

As recentes ações do governo federal contra o desmatamento, como as medidas tomadas depois da morte da irmã Dorothy Stang (em fevereiro, no Pará) e a Operação Curupira (em junho, Mato Grosso), atrapalharam o comércio ilegal de madeira na região. O setor já tinha sido prejudicado no ano passado pela decisão do Ibama de não conceder mais autorizações para planos de manejo e restringir a circulação de Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPFs) – documento que valida a circulação e comercialização de madeira – no Pará. Embora importantes, essas ações não impediram que o corte de árvores continuasse. Para isso acontecer, ainda falta ao governo demonstrar capacidade de fiscalizar e reprimir no campo.

De concreto, a Curupira e a suspensão de planos de manejo no Pará produziram mesmo foi um aumento no preço da madeira extraída da Amazônia. Hoje, paga-se 150 reais por metro cúbico de tora. Há quatro anos, diz Azevedo, não passava de 60 reais. Entre as madeiras nobres, o Ipê, por exemplo, há quatro meses estava sendo vendido por mil reais. Em junho, já custava o dobro. As análises de imagens recentes de satélite mostram que a derrubada anda comendo solta e no governo suspeita-se que os madeireiros estejam fazendo cortes não-autorizados e deixando a madeira no solo da floresta. “Eles vão estocar o material e aguardar alguma decisão oficial que os permita legalizá-lo num futuro próximo”, diz Azevedo.

Há uma escassez no mercado, mas o que empurrou o preço para cima foi o aumento do risco de se extrair e comercializar madeira sem acesso à rede de corrupção que esquentava a produção ilegal com ATPFs falsas. Portanto, aquela rede clandestina, que ainda tentava ter um mínimo de formalização legal, diante da Operação Curupira foi para o cúmulo da ilegalidade, como aponta Azevedo. E pelo preço que os madeireiros estão obtendo no mercado, parece que está valendo à pena.

Para fazer com que eles paguem ainda mais caro pela sua ousadia, o governo teria que estar agindo no campo. Lá, infelizmente, ele continua de mãos atadas. Sua estrutura de fiscalização e controle no Mato Grosso, corroída pela corrupção, a Curupira desmantelou. Vai levar um tempo para ser reerguida. Para piorar as coisas, no Pará, onde ela também nunca foi um exemplo de lisura e competência, o Ibama está paralisado por uma greve. Os dois estados são os campeões do desmatamento e a situação por lá reflete o quanto o governo terá que suar para conseguir alcançar seu desejo de reduzir o desmatamento na Amazônia, ainda este ano, em pelo menos 5 mil quilômetros quadrados.

“O encontro no INPE deixou claro: temos a tecnologia necessária para detectar o desmatamento. A etapa técnica está cumprida. Falta agora ação política”, disse Enrico Bernard, coordenador da Conservação Internacional (CI) na Amazônia e representante da ong na reunião em São José dos Campos. Lá, a organização mostrou o outro lado da moeda: o que significa perder 26 mil km² de floresta amazônica em termos de biodiversidade. Segundo cálculos feitos em cima de densidade de plantas por área, tombaram entre 117 milhões e 143 milhões de árvores de agosto de 2003 a julho de 2004. Se cada tora fosse colocada lado a lado ao longo de uma estrada, cobririam quase 4.900 quilômetros. Uma distância rodoviária superior à que separa Belém, no Pará, de Chuí, na fronteira do Rio Grande do Sul com Uruguai. “O número é assustadoramente alto”, comenta Bernard.

Mas não pára por aí. No mesmo período, algo entre 43 milhões a 50 milhões de aves foram afetadas. Não se pode afirmar que elas morreram, mas certamente perderam casa e alimento. A CI também tentou calcular o impacto da devastação sobre os primatas. Utilizou estudos realizados em Rondônia, Mato Grosso e Pará (os campeões em desmatamento) e descobriu que pelo menos 915 mil macacos foram afetados de alguma forma. Segundo a ong, as espécies na Amazônia não

são amplamente distribuídas e a perda de biodiversidade é uma consequência irreversível do desmatamento.

A perda de recursos naturais não consegue nem ser punida. Do total de multas aplicadas pelo Ibama entre 1999 e 2002, 82% não foram pagas. Para quem esteve na reunião do INPE, os dados do desmatamento revelam muito mais do que a área de floresta que se perdeu. Revelam caminhos a serem seguidos, área críticas a serem priorizadas, e principalmente a necessidade de investimento e vontade política para impedir que a Amazônia seja derrotada pelo estado de anarquia que vigora por ali.